

Verde 2 Energética S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
com relatório do auditor independente**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e aos Administradores da
Verde 2 Energética S.A.**
Brasília-DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Verde 2 Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Verde 2 Energética S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 26 de julho de 2022, com abstenção de opinião devido a não conclusão da conciliação e levantamento documental dos custos capitalizados ao Ativo Imobilizado da Companhia.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 14 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6F-DF

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'F. Liani', written over the printed name and registration information.

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Verde 2 Energética S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	Passivo	Nota	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.603	24	Fornecedores	6	11.143	1.846
Adiantamento a fornecedores		<u>13.070</u>	<u>50</u>	Tributos a recolher		697	24
Total ativo circulante		<u>46.673</u>	<u>74</u>	Empréstimos e financiamentos	10	<u>100.359</u>	<u>-</u>
Imobilizado	5	<u>120.496</u>	<u>27.818</u>	Total do passivo circulante		<u>112.199</u>	<u>1.870</u>
Total ativo não circulante		<u>120.496</u>	<u>27.818</u>	Não circulante			
				Fornecedores	6	<u>13</u>	<u>-</u>
				Total do passivo não circulante		<u>13</u>	<u>-</u>
				Patrimônio líquido	7		
				Capital social		46.867	26.092
				Adiantamento para futuro aumento de capital		10.110	-
				Prejuízos acumulados		<u>(2.020)</u>	<u>(70)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>54.957</u>	<u>26.022</u>
				Total do passivo		<u>112.212</u>	<u>1.870</u>
Total do ativo		<u>167.169</u>	<u>27.892</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>167.169</u>	<u>27.892</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde 2 Energética S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas gerais e administrativas	8	(64)	(68)
Outras despesas	5	<u>(511)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>(575)</u>	<u>(68)</u>
Receita financeira	11	8	-
Despesa financeira	11	<u>(326)</u>	<u>(2)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(318)</u>	<u>(2)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(893)</u>	<u>(70)</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	<u>(1.057)</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(1.950)</u>	<u>(70)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde 2 Energética S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(1.950)	(70)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.950)</u>	<u>(70)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde 2 Energética S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		<u>Capital Subscrito</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Adiantamento para Futuro Aumento de capital</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	Nota	<u>17.940</u>	<u>-</u>	<u>17.940</u>	<u>1.069</u>	<u>-</u>	<u>19.009</u>
Aumento de capital social	7	27.858	-	27.858	-	-	27.858
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	7	1.069	-	1.069	(1.069)	-	-
Capital a integralizar	7	-	(20.775)	(20.775)	-	-	(20.775)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(70)	(70)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u>46.867</u>	<u>(20.775)</u>	<u>26.092</u>	<u>-</u>	<u>(70)</u>	<u>26.022</u>
Integralização de capital social	7	-	20.775	20.775	-	-	20.775
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	-	-	-	10.110	-	10.110
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.950)	(1.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		<u>46.867</u>	<u>-</u>	<u>46.867</u>	<u>10.110</u>	<u>(2.020)</u>	<u>54.957</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde 2 Energética S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(1.950)	(70)
Ajustes para reconciliação do resultado do exercício:			
Depreciação e amortização	5	12	3
Juros apropriados	10	5.193	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	5	512	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social	12	1.057	-
Variações em:			
Adiantamento a fornecedores		(13.020)	(50)
Obrigações trabalhistas		-	(28)
Fornecedores		(2.371)	-
Tributos a recolher		673	25
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		(9.894)	(120)
Juros pagos	10	(4.834)	-
Impostos pagos sobre o lucro		(1.057)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(15.785)	(120)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	5	(81.521)	(6.979)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		(81.521)	(6.979)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	10	100.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	10.110	-
Aumento de capital social	7	20.775	7.082
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		130.885	7.082
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		33.579	(17)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		24	41
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		33.603	24
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		33.579	(17)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Verde 2 Energética S.A. (“Companhia” ou “Verde 2”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Rio Verde – GO, com principal atividade econômica vinculada à geração de energia elétrica e irá operar na modalidade PCH – Pequena Central Hidroelétrica.

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Geração nº 4/2019 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para instalação de empreendimento hidrelétrico na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica no Município de Rio Verde, Estado de Goiás (“PCH Verde 2 Baixo”), conforme Nota Técnica nº 1/2020- CEL/ANEEL, de 10 /01/2020, Despacho nº 50, de mesma data, e Aviso de Homologação e Adjudicação do Leilão A-6, datado de 21/01/2020 e publicado à página nº 117 do Diário Oficial da União, em 24/01/2020.

No escopo de principais exigências regulatórias está a construção da PCH Verde 2 Baixo, localizada às coordenadas 17° 16' 1,65" S e 50° 51' 45,21" W, no Rio Verde, na sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, com potência instalada de 22.500kW, conforme especificações contidas no projeto técnico aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.960, de 22/11/2013, bem como da autorização para sua exploração constante na Resolução Normativa nº 4.821, de 02/09/2014, no projeto básico aprovado pelo Despacho nº 154, de 18/01/2017, e parâmetros da garantia física fixada por meio do Despacho nº 3.046, de 19/09/2017.

O acordo de investimentos firmado prevê que a Verde 2 poderá precisar de recursos adicionais para a consecução do Empreendimento no valor de até R\$170.000, de modo que o investimento total no Empreendimento é estimado em R\$ 296.000 quando somados aos recursos próprios aportados pelos acionistas. Para garantir que a Verde 2 tenha todos os recursos financeiros necessários para tanto, os acionistas definem que as fontes de financiamento que atenderão às necessidades de aportes na Verde 2 serão, entre estas, mas não se limitando a: (i) geração de fluxo de caixa da própria Verde 2 e reinvestimento de seus resultados, observada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório; (ii) aportes de capital a serem feitos pelos acionistas; (iii) mútuos a serem realizados pelos acionistas à Verde 2; e (iv) obtenção de financiamento com instituições financeiras.

Encontra-se, atualmente em fase final de aquisição de áreas que serão impactadas pela construção da usina, com 90% das áreas já adquiridas. A obra está em fase acelerada de construção, estando em aproximadamente 35% do avanço físico. A expectativa de início de operação em fase de testes e ajustes ocorrerá no primeiro trimestre de 2024 com venda da energia produzida neste primeiro ano no mercado livre, e a partir de janeiro de 2025, passa a entregar a energia no mercado regulado, conforme previsto no leilão.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos definidos em contrato.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2022 passivos circulantes excedentes aos ativos circulantes no montante de R\$ 65.526 (R\$ 1.796 em 31 de dezembro de 2021), prejuízos



acumulados de R\$ 2.020 (R\$ 69 em 31 de dezembro de 2021) e fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 15.785 (R\$ 120 em 31 de dezembro de 2021). Contudo, a Companhia encontra-se em momento de construção, para em seguida iniciar a operação. Sendo assim, o resultado no exercício decorre de juros sobre a parcela da dívida prevista para o período de obras.

Considerando este contexto e a intenção de consolidar-se no segmento de energia, a Companhia conta com o suporte financeiro dos seus acionistas no qual tem permitido e está comprometido a continuar com seu plano de negócios. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando em um futuro previsível.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pela Companhia e suas controladas, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação destas demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, para as provisões de demandas judiciais, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas (vide detalhes na Nota 3.7).

Foram adotadas também as exigências regulatórias, pautadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ajustado em 2021, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exercício em que promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e instituiu o citado manual, contemplando além das instruções contábeis, o roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor, sendo as normas contidas no referido Manual de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 14 de abril de 2023.



3 Políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.

3.2 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, quando da entrada em operação, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

O Controle do ativo imobilizado da PCH Verde 2, após as unitizações, obedecerá às prerrogativas do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, conforme às imposições da Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015.

A unitização consiste no processo por meio do qual bens, direitos e instalações arrolados são valorados, constituindo UC/UAR (Unidades de cadastro/Unidades de Adição e Retiradas). O processo de unitização e cadastramento dos bens será concluído simultaneamente à sua transferência do Imobilizado em Curso para o Imobilizado em Serviço, e tem como data alvo a conclusão da construção da usina, prevista para o final do ano de 2023. Toda a memória dos procedimentos de unitização será composta pelas informações do Inventário Físico e das Ordens em Curso de origem.

3.3 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações.

3.4 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

3.5 Capital Social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas



participações societárias. Os detentores destas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido em Estatuto da Companhia.

3.6 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

(i) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é optante pelo lucro presumido.

A tributação sobre o lucro presumido compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado utilizando a alíquota de 15% sobre a presunção de lucro às bases, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada à alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.

3.7 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.7.1 Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7.2 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).



— Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

— Nota explicativa nº 9 - Instrumentos financeiros.

3.8 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos ativos financeiros*

A Companhia reconhece os ativos financeiros na data da negociação na qual se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente, ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelas empresas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia, em decorrência do seu modelo de negócio e características dos instrumentos financeiros ativos, classifica tais instrumentos como custo amortizado. Os ativos financeiros compreendem: caixa e equivalentes de caixa e outros ativos.

(ii) *Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado.



A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia mantinha somente passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros mensurados a custo amortizado compreendem: fornecedores e outros passivos.

(iii) *Compensação de ativos e passivos financeiros*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 *Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)*

A cada data de apresentação das demonstrações financeiras a Administração da Companhia apura se há indicação de perda no seu valor recuperável nos valores contábeis dos ativos não financeiros (imobilizado e investimentos, incluindo os ágios). Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Os fatores considerados pela Companhia incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos.

Os valores recuperáveis de ágio são avaliados anualmente, independentemente da existência de indicadores de perda em seus valores recuperáveis.

Nenhuma evidência de perda por não recuperabilidade foi identificada nos ativos não financeiros.

3.10 *Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2022*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. *Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)*

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.



b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia monitora os possíveis efeitos da aplicação da norma, no entanto, até o momento não identificou impactos relevantes.

c. Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- CPC 50 Contratos de seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	123	24
Aplicação financeira	<u>33.480</u>	<u>-</u>
	<u>33.603</u>	<u>24</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mantidas para negociação diária e frequente, sendo substancialmente certificados de depósito bancário (“CDB”), compromissadas, em renda fixa com remuneração entre 80% e 100% do certificado de depósito interbancário (“CDI”).



5 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Veículos	Móveis e Utensílios	Hardware	Infraestrutura	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	-	17.944	-	-	-	-	17.944
Adições	-	1.273	-	-	-	-	1.273
(-) Baixas	-	(221)	-	-	-	-	(221)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	18.996	-	-	-	-	18.996
Adições	3.573	5.191	61	-	-	-	8.825
(-) Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.573	24.187	61	-	-	-	27.821
Adições	6.040	85.099	2	9	1	2.051	93.202
(-) Baixas	-	(512)	-	-	-	-	(512)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.612	108.775	63	9	1	2.051	120.511
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação	-	-	(3)	-	-	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	(3)	-	-	-	(3)
(-) Depreciação	-	-	(12)	-	-	-	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	(15)	-	-	-	(15)
Imobilizado Líquido							
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	-	17.944	-	-	-	-	17.944
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	18.996	-	-	-	-	18.996
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.573	24.187	58	-	-	-	27.818
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.612	108.774	48	9	1	2.051	120.496
Taxa de depreciação a.a.	0%	0%	20%	0%	20%	0%	

Durante o exercício findo em dezembro de 2022 foram capitalizados ao custo do ativo imobilizado o montante de R\$2.051 (líquido das receitas financeiras) referente aos custos de empréstimos captados para construção da pequena central hidrelétrica.



Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avaliou, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar necessidade de teste sobre seu valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças de condições do mercado, dentre outros.

Conciliação do ativo imobilizado

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia efetuou a reconciliação dos bens de seu ativo imobilizado, identificando a documentação suporte para a totalidade dos custos capitalizados ao ativo imobilizado.

6 Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a pagar aquisição de terrenos	7.440	-
Maquinários e outros serviços	<u>3.703</u>	<u>1846</u>
	<u>11.143</u>	<u>1.846</u>
Circulante	11.143	1846
Não circulante	13	-

7 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 30 de outubro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram por unanimidade o aumento do capital social através da emissão de 16.440.058 de ações ordinárias, nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 16.440, sendo o montante total através da integralização do saldo em moeda corrente.

Em 19 de fevereiro de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram por unanimidade o aumento do capital social através da emissão de 28.927.014 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 28.120.243 ações subscritas pela acionista ingressante Brasal Energia S.A., e parcialmente integralizadas, em moeda corrente nacional, sendo parte à vista e parte à prazo, 242.031 ações subscritas pelo acionista Armando Martins de Oliveira, com integralização em moeda corrente nacional e 564.740 ações subscritas pela acionista ES Participações – EIRELI, com integralização em moeda à vista, perfazendo o total de R\$ 28.927, sendo que R\$ 8.151 foram integralizados e R\$ 20.775 a integralizar, os quais foram integralizados entre os meses de janeiro a maio de 2022.

Durante o exercício 2022 a Companhia recebeu AFAC de seus acionistas no montante de R\$ 10.110, os quais serão integralizados ao capital social no decorrer do exercício 2023.



Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 46.867 (R\$ 46.867 em 2021) dividido em 46.867.072 (46.867.072 em 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, distribuído da seguinte forma:

Acionistas:	31 de dezembro de 2022 e 2021		
	Ações	R\$	%
Brasal Energia S.A	28.120.243	28.120	60%
Armando Martins de Oliveira	5.624.048	5.624	12%
ES Participações - EIRELI	13.122.781	13.123	28%
	46.867.072	46.867	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro líquido ajustado do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº6.404/76, limitado a 20% do capital social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em virtude dos prejuízos acumulados pela Companhia não houve constituição de reserva legal.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram atribuídos distribuídos dividendos aos acionistas uma vez que a Companhia está apurando prejuízos em razão da fase pré-operacional.

8 Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Despesas administrativas		
Consumos diversos	(1)	(1)
Depreciação e amortização	(12)	(3)
Serviços prestados	(50)	-
Despesas legais e judiciais	-	(64)
	(64)	(68)

9 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes, outros ativos e fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa: os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- (ii) Outros ativos: corresponde aos valores apresentados nas demonstrações financeiras;
- (iii) Fornecedores: os valores estimados para as obrigações com fornecedores decorrentes da contratação de serviços e aquisição de material;



- (iv) Instrumentos derivativos: a Companhia não participa em operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Risco de crédito e taxa de juros

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade e conclusão do empreendimento para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Total do passivo	112.199	1.870
Caixa e equivalentes de caixa	<u>33.603</u>	<u>24</u>
Dívida líquida	<u>78.596</u>	<u>1.846</u>
Total do patrimônio líquido	<u>54.957</u>	<u>26.022</u>
Índice de alavancagem	<u>0,70</u>	<u>14,10</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de “Caixa e Equivalentes de caixa” e outros investimentos em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. Abaixo o cronograma de pagamento dos passivos financeiros da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2022	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	De 12 a 24 meses
Fornecedores	11.156	11.156	11.143	13
Empréstimos e financiamentos	<u>100.359</u>	<u>112.830</u>	<u>112.830</u>	<u>-</u>
Total	<u>111.516</u>	<u>123.986</u>	<u>123.973</u>	<u>13</u>

Sensibilidade relativa a ativos e passivos financeiros

A análise de sensibilidade para cada tipo de mercado considerado relevante pela Administração está apresentada abaixo.

O ativo e passivo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI, adotando-se a data-base de 31 de



dezembro de 2022, definimos o Cenário Provável para os 12 meses de 2021 e a partir deste, simulamos variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.

	Provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações - CDI	33.480	33.480	33.480
Taxa sujeita à variação	1,90%	1,43%	0,95%
Receita financeira projetada	<u>636</u>	<u>479</u>	<u>318</u>
Variação (R\$)	<u>-</u>	<u>(9)</u>	<u>(17)</u>
Empréstimos - CDI	100.359	100.359	100.359
Taxa sujeita à variação	1,90%	2,38%	2,85%
Despesa financeira projetada	<u>1.907</u>	<u>2.389</u>	<u>2.860</u>
Variação (R\$)	<u>-</u>	<u>482</u>	<u>472</u>

Valor justo de instrumentos financeiros

As tabelas abaixo demonstram os principais ativos e passivos financeiros da Companhia, e a comparação da classificação em custo amortizado e a comparação com os respectivos montantes estimados de valor justo.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	33.603	33.603	24	24
Adiantamento a fornecedores	<u>13.092</u>	<u>13.092</u>	<u>51</u>	<u>24</u>
	<u>46.696</u>	<u>46.696</u>	<u>74</u>	<u>24</u>
Passivos Financeiros				
Fornecedores	11.130	11.130	1.846	1.846
Obrigações tributárias	924	924	-	-
Empréstimos e financiamentos	<u>100.359</u>	<u>101.656</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>112.413</u>	<u>113.710</u>	<u>1.846</u>	<u>1.846</u>

10 Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Moeda	Taxas contratuais	Índice	2022	2021
Cédula de crédito bancário	USD	4,63% a.a.	Pré Fixado	<u>100.359</u>	<u>-</u>
Total				<u>100.359</u>	<u>-</u>
Circulante				100.359	-
Não circulante				-	-

O saldo é composto substancialmente pelo financiamento de infraestrutura para construção da usina. Durante o exercício de 2022 a Companhia realizou a captação de cédula de crédito bancário com o montante US\$ 18.838 para qual foi realizado *swap* de USD para CDI. O vencimento da operação é junho de 2023 e o recurso foi captado para uso exclusivo nas obras da pequena central hidrelétrica.



Garantias:

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por recursos financeiros mantidos em conta corrente bancárias da instituição financeira cedente e por avais e fianças dos acionistas.

11 Resultados financeiros

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita financeira		
Receitas financeiras	-	-
Varição Monetária Ativa	8	
Outras receitas financeiras	-	
	<u>8</u>	<u>-</u>
Despesa financeira		
IRRF s/ operação cambial	(290)	-
Juros e despesas bancárias	(36)	(2)
IOF	(2)	-
Outras despesas financeiras	2	
	<u>(326)</u>	<u>(2)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(318)</u>	<u>(1)</u>

12 Imposto de renda e contribuição social

O montante de R\$ 1.057 refere-se exclusivamente a imposto de renda e contribuição social sobre as receitas financeiras da Companhia.

13 Seguros

A Companhia dispõe de seguro patrimonial e de cobertura de riscos de engenharia entendidos pela Administração como suficientes para cobrir eventuais riscos ligados ao empreendimento em andamento. A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2022 é composta conforme quadro abaixo:

<u>Risco assegurado</u>	<u>Valor do risco segurado</u>	<u>Vigência</u>
Seguro Garantia para Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	8.647	01/04/2025

14 Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Brasal Energia S.A., uma empresa de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, Brasil que por sua vez tem como controlador final a Brasal Participações S.A..

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve pagamentos de remuneração do pessoal chave da Administração, os quais são remunerados pela controladora final Brasal Participações S.A.



15 Eventos Subsequentes

A Companhia contratou nova cédula de crédito bancário no montante total de R\$ 50.000 em 03 de fevereiro de 2023, garantido por recursos financeiros mantidos em conta corrente bancárias da instituição financeira cedente, com taxa de juros equivalente a CDI + 1,36% ao ano e data de liquidação final em 26 de junho de 2023.

16 Transações sem efeito caixa

Durante o exercício 2022 a Companhia realizou a aquisição de bens pertencentes ao ativo imobilizado, no montante de R\$ 11.681, os quais em 31 de dezembro de 2022 ainda não haviam sido pagos e consequentemente foram excluídos das movimentações de Fornecedores e Aquisição de bens na demonstração de fluxo de caixa por não terem efeito.

* * *

Wendell Mauricio de Lima Queiroz
Diretor

Rodrigo Aguiar de Castro
Diretor Financeiro

José Carlos Xavier de Souza
Contador CRC/DF 009136/O-9